

Malan, Pedro

Working Paper

Desenvolvimento econômico e democracia: a problemática mediação do estado

Texto para discussão, No. 2

Provided in Cooperation with:

Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Suggested Citation: Malan, Pedro (1979) : Desenvolvimento econômico e democracia: a problemática mediação do estado, Texto para discussão, No. 2, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Economia, Rio de Janeiro

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/186240>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

TEXTO PARA DISCUSSÃO

No. 2

Desenvolvimento Econômico e
Democracia:
A Problemática Mediação do Estado

Pedro Sampaio Malan



DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
www.econ.puc-rio.br

Outubro de 1979

Desenvolvimento Econômico e Democracia: A Problemática Mediação do Estado

Pedro Sampaio Malan

I. Introdução

O nível – e os termos – em que está colocado hoje o debate sobre economia política e democracia no Brasil ainda deixa muito a desejar. É bem verdade que não faltara explicações para a anemia, a confusão e a perplexidade reinantes. Os últimos anos, foram, como é sabido, marcados por reais empecilhos não apenas à prática política como também a uma discussão aberta, dificultada pela manipulação e sonegação de informações básicas, pela impostura (e imposição) das “únicas soluções racionais”, pela censura e, não menos importante pelo exercício de autocensura por parte daqueles que podendo discutir – e dissentir – optaram por não fazê-lo, temerosos de afrontar os poderosos do dia. Neste contexto, campearam o desinteresse, o dogmatismo (que geralmente caminham juntos) e uma lamentável recessão da atividade crítica, do resto tradicionalmente escassa entre nós.

Seria um equívoco, contudo, atribuir nossa impotência e nossa relativa incompetência política (e profissional) apenas ao fato de que vivemos por década e meia “submetidos” a regimes autoritários e desmobilizadores, que pedem, cultivam, privilegiam e premiam a aceitação passiva de suas ações. É preciso notar que não só o autoritarismo se harmoniza com a tradição acrítica de nosso pensamento como também boa parte dos adversários do autoritarismo, pelos entraves à discussão, tendem, velada ou manifestamente, para variantes de práticas autoritárias, que vem mostrando, na prática, quão difícil é a construção da democracia e como podem ser elevados os custos do aprendizado.

Este fenômeno é ainda agravado porque, como bem lembrou o Prof. Costa Lima, temos urna “cultura de dominância oral no quadro de uma civilização da escrita”¹. E a cultura auditiva, nota Costa Lima, é uma cultura sustentada por discursos sem mediações entre as intuições originais e o que se pretende “demonstrar”, uma cultura de persuasão sem o entendimento, uma cultura impregnada de jargões e formas estereotipadas de pensar que frequentemente impedem a identificação do novo e o exercício de uma *práxis* política consequente.

Este artigo lida cora um tema no qual imperam estereótipos, generalidades e modismos

¹ Ver L. Costa Lima “Da Existência Precária: O Sistema Intelectual no Brasil” in Ensaio Opinião 2 + 5, 1978. A Cultura não-auditiva, por sua vez, dado talvez o legado bacharelesco de nossa formação, é com frequência fundado no jogo das enganosas aparências retoricamente inscritas em nossos textos jurídicos, conforme notou R. Faoro em artigo recente (ver R. Faoro, “Das Palavras ao Ato”, ISTO É nº 128, junho de 1979).

variados, além infindáveis controvérsias teóricas e práticas, muitas delas típicas de culturas auditivas. Caberá ao leitor julgar se apenas mais um texto impressionista foi adicionado à longa lista de escritos sobre o tema. Evitemos mal-entendidos, contudo que fique claro de início que não há aqui qualquer pretensão de originalidade. Trata-se apenas de uma tentativa – por parte de um mero economista – de organizar de forma articulada sua ignorância sobre o tema em termos de um texto que se destina, tão somente, à discussão por parte dos interessados na transformações da sociedade brasileira em direção a um Democrático Estado de Direito.

O trabalho está organizado como se segue. A seção II tem um caráter introdutório e procura apenas tratar brevemente da crucial relação Estado-Democracia dado que estamos convencidos que qualquer discussão sobre democracia e desenvolvimento econômico no Brasil passa, necessária (embora não exclusivamente) pela mediação do Estado e pelas bases sociais de sua sustentação. A seção III trata da relação entre tal concepção do Estado e o desenvolvimento econômico, com especial referência à experiência brasileira. A seção IV apresenta uma reflexão sobre a relação entre desenvolvimento econômico e os supostos sacrifícios à ordem jurídica e a prática democrática, que seriam requeridos segundo a ótica conservadora, ainda viva e influente no informar a ação do secular autoritarismo brasileiro. A seção V procura concluir o trabalho com uma nota sobre a encruzilhada atual.

II. Estado e Democracia

A marcante presença do “Estado” na Economia e na sociedade brasileira tem raízes históricas profundas que remontam a tradição Ibérica e a nosso passado colonial², onde Oliveira Vianna localizou “os moldes ainda quentes onde se fundiram essas idiossincrasias que nos extremam e singularizam, como povo, entre todas as nações da terra³. Seria descabido e pretensioso – pretender recuperar tão vasta perspectiva histórica no âmbito desta seção. Cabe apenas lembrar a importância desta perspectiva para quem quer que pretenda captar um aspecto essencial da controvérsia atual e evitar os jargões do momento e os falsos dilemas que frequentemente obscurecem as questões de fundo⁴.

O propósito desta seção é, apenas, assinalar o que nos parece essencial acerca da discussão recente sobre o Estado. Uma discussão para a qual a obra de Gramsci abriu novas avenidas,

² Ver a hoje clássica obra de Raymundo Faoro: “Os Donos do Poder; Formação do Patronato Político Brasileiro” (Editora Globo, Porto Alegre, 1958).

³ F.J.O. Vianna, “Populações Meridionais do Brasil”, vol. 1, Monteiro Lobato e Cia. Editores, São Paulo, 1920, p. II.

⁴ Como por exemplo o precário e mal colocado debate sobre Estatização e Desestatização no Brasil, aptamente discutido por Luciano Martins em “Estatização da Economia ou Privatização do Estado? ”, in *Ensaio Opinião*, 2 + 7, Rio, 1978.

reintroduzindo o especificamente político em um campo de reflexão teórica marcado por um certo tipo de economicismo vulgar que parecia *tudo* explicar (ex-post facto) através da “lógica do capital”, das “necessidades da acumulação” ou das sobre determinações da infraestrutura (econômica).

Hoje, felizmente, caminhamos progressivamente para evitar as desventuras do economicismo como também para recusar a visão de um marxismo mal digerido, para a qual o Estado nada mais é senão o “comitê executivo da classe dominante”. Para tal recusa não é necessário recair no ideal Rousseauiano do Contrato Social: sabemos todos que o Estado não se consolida apenas pelo consenso porquanto não pode abdicar da coerção ou do monopólio do uso legal da violência, para sustentar-se enquanto pacto de Poder, que em nome do interesse geral, subordina a determinados interesses o restante da sociedade.

Ora, sofisticações à parte, os dois problemas fundamentais com que sempre se defrontaram os clássicos do pensamento político foram: a) o problema de *quem* governa – e como se “legitima” tal poder – e b) o problema de *como* se exerce aquele poder. A reflexão sobre o Estado, exceção feita aos marxismos e aos neo-marxismos voltados para o *como* se chega ao poder centrou-se mais no segundo problema. Com efeito, classificações meramente descritivas das formas de governo bem como prescrições acerca das formas boas e das más formas de governar (vide os conselhos de maquiaveis a príncipes por exemplo) se sobrepuseram à necessária reflexão teórica mais aprofundada sobre o primeiro problema: *quem* governa – e como se “legitima” no Poder? É óbvio que esta é uma discussão sobre as bases sociais de sustentação do Estado Moderno.

Este Estado, é preciso entendê-lo não apenas como organização burocrática que administra a implementação de certas políticas, mas como expressão de um Pacto de Dominação que se alicerça em um conjunto de alianças entre frações das classes dominantes e seus vínculos com setores das classes subalternas que o Pacto também pode englobar, conforme o caráter do *regime* político (forma de Estado) em questão.

O fundamental a reter, contudo, é que o Pacto de Poder, de *facto* ainda que não *de jure* subordina a determinados interesses o restante da sociedade. Como esta subordinação não se pode dar única, exclusiva e indefinidamente através da *coerção*, há a necessidade de assegurar um certo consentimento dos governados, exprimindo interesses particulares como se correspondessem ao interesse geral da Nação. Nas palavras de um pensador político que vem contribuindo, como talvez nenhum outro, tanto para manter elevado entre nós o nível de discussão teórica quanto para chamar a atenção para a importância da prática política:

“A peculiaridade distintiva do Estado enquanto relação política fundamental é que ele expressa

uma relação de do mínimo e, pois, reflete os interesses de classes dominantes e expressa a capacidade que estas possuem de impor-se as classes subalternas. Entretanto, simultânea e contraditoriamente, esta relação de parcialidade (o domínio de uma parte sobre o resto) *tem que aparecer* à consciência nacional como se fosse a expressão de um interesse geral. Portanto, o Estado constitui uma relação de dominação que implica em *uma ideologia* que, constitutivamente, tem que negar esta parcialidade. Este processo não é uma mera deformação: ele ao deformar tem que espelhar, também, de alguma maneira, a generalidade que quer representar: daí que mesmo os Estados mais abertamente classistas e repressores usem uma linguagem e proponham políticas (em geral inviáveis) que querem refletir o “interesse geral”⁵.

Alguém dirá: isto já havia sido enunciado por Marx há mais de um século. Na verdade, a contribuição de Marx está hoje incorporada – definitivamente – à corrente do Pensamento político realista (marxista ou não) que despe o Estado de seus supostos atributos demiúrgicos e de seu papel de isento árbitro de conflitos (acima dos quais se situaria). Contudo, apesar do fato de que Marx tenha sido provavelmente o primeiro escritor político de peso que uniu uma concepção realista do Estado com uma teoria transformadora (revolucionária) da sociedade, é preciso notar que *não existe* hoje uma teoria socialista do Estado Moderno, em particular da relação entre organização do Estado Moderno e Democracia, tema crucial do nosso tempo.

Se é verdade que, como notou Bobbio, a maior parte das teorias são, em geral, racionalizações póstumas de práticas já passadas ou que se desejaria concluir, seria necessário “vascular profundamente o problema do porque ali onde se realizou o socialismo não existe democracia (no sentido de que o termo não se presta a equívocos) e onde observaram-se as regras do jogo democrático o socialismo até hoje não chegou e nem mesmo parece iminente”⁶.

Na origem deste aparente paradoxo está a conexão entre consentimento e coerção em diferentes regimes políticos (variações que assumem as formas de Estado). Todos, sem exceção, apresentam em graus variáveis – aquilo que Perry Anderson⁷ denominou de *assimetria estrutural* na distribuição das funções coercitivas e co-optativas do Estado. Este, enquanto Governo, como notou W. G. dos Santos e obrigado a um permanente “cálculo de dissenso”⁸ para lidar com a assimetria estrutural referida, do qual resulta que o exercício do governo em sociedades modernas é necessariamente tentativo, experimental e sujeito às influências, tensões e conflitos inerentes ao jogo político.

⁵ F. H. Cardoso e E. Falleto, Post-Scriptum à última edição de Dependência e Desenvolvimento Econômico na América Latina.

⁶ N. Bobbio, “Quais as Alternativas para a Democracia Representativa? ”, in *O Marxismo e o Estado* (Graal, Rio de Janeiro, 1979).

⁷ P. Anderson, “The Antinomies of Antônio Gramsci” in *New Left Review*, nº 100, novembro de 1976.

⁸ W. G. dos Santos, “Cidadania e Participação” (Editora Campus, Rio de Janeiro, 1979), Capítulo 6.

Com efeito, enquanto burocracia e organização, parte do Estado é permeável ao controle social por distintas forças sócio-políticas. Enquanto pacto de dominação, o Estado requer contínuos esforços e atualização das múltiplas alianças que constituem sua base social. Enquanto instrumento veiculador de ideologia, o Estado não está, como notou F. H. Cardoso “sujeito a qualquer (metafísica) Ideologia Geral da Classe Dominante, mas também neste aspecto é permeável as contradições da Sociedade Civil”⁹. É exatamente esta diversidade e fragmentação que permitem a ocorrência eventual de mudanças políticas a despeito da onipresença e da aparente onipotência do Estado Moderno.

Portanto, o espaço aberto à ação política no quadro desta concepção do Estado Moderno é muito maior que aquele previsto por certas análises economicistas que tudo determinam a partir da infraestrutura e suas imutáveis leis férreas ou por certas análises políticas que tudo associam a um “Governo” intrinsecamente ditatorial fundado *apenas* na coerção. Adicionalmente – e apenas para enfatizar a *relativa* autonomia do político – deve-se repetir que o pacto de dominação anteriormente referido, embora tenha seus alicerces na sociedade civil e se expresse no Estado, não se resume a este. Em outras palavras, o Estado não é o único *lócus* do conflito nem tampouco a única arena da dominação de classe. Há várias outras funções mediadoras, que em certa literatura assumem o nome de Aparelhos Ideológicos de Estado (partidos, imprensa, universidade, associações de classe etc.) que são também, eles mesmos, arenas de luta política e ideológica.

É fundamental reconhecer este ponto para que não se pense, como certa “esquerda” que se o Estado mudasse a direção do “modelo” vigente ter-se-ia eventualmente um socialismo democrático contemporâneo em sociedades atrasadas política e culturalmente e, o que é talvez mais importante – potencialmente conservadoras. Nunca será demais repetir a advertência de A. Gramsci: é possível que, derrubadas as muralhas de um regime (forma de Estado) conservador, defrontem-se os “vitoriosos” com as casamatas e os “bunkers” de uma sociedade civil ela mesma essencialmente conservadora.

Tomar como foco de luta política o controle do aparelho do Estado, portanto, pode configurar uma ilusão. São ainda mais vastas as dificuldades envolvidas na construção da democracia. O restante desta seção procura apenas chamar a atenção para alguns paradoxos deste afazer.

Em trabalho recente, Mangabeira Unger observada que parece haver, nas modernas sociedades industriais, um código secreto que prescreve conflito democrático para a política de massa, solidariedade comunal para a família, disciplina e hierarquia para o mundo do trabalho e total

⁹ F. H. Cardoso, “Estado Capitalista e Marcismo”, *Estudos Cebrap*, nº 21, julho/agosto/setembro/1977.

impessoalidade na busca do lucro para o mundo das trocas¹⁰. Confundir os contextos seria violar o código. A sanção seria a frustração derivada da absoluta ineficácia da ação política que não reconhecesse a relação entre ideais da vida social e os contextos institucionais nos quais estes ideais se poderiam realizados. Mangabeira Unger enfatiza, em particular, a dificuldade de realizar os ideais democráticos ou comunitários no interior dos modernos sistemas de produção e trocas – ou, poder-se-ia adicionar – no interior das grandes organizações burocráticas públicas e privadas, aparatos de estruturas hierárquicas que são.

Talvez esteja aqui um dos paradoxos da democracia moderna. As condições objetivas para sua extensão *para além* dos sistemas de representação (parlamentar ou não) parecem defrontar-se cedo com o “código secreto” acima referido, o que aparentemente exclui de certos contextos específicos, as regras do jogo democrático direto. N. Bobbio, por exemplo, notou que em sociedades capitalistas modernas o poder do parlamento é extremamente restrito dado que as grandes decisões econômicas são tomadas pelo Executivo e/ou por um poder parcialmente privado e mesmo parcialmente não nacional:

“Aquilo que nós, por abreviação, chamamos de Estado representativo sempre teve que prestar contas ao Estado Administrativo que obedece a uma lógica de poder completamente diferente: descendente e não-ascendente, secreta e não pública, hierarquizada e não autônoma, tendente à imobilidade e não à inovação etc.”¹¹.

Em suma, não há mais, definitivamente, a democracia dos cidadãos que se reuniam à praça grega. E, cabe lembrar, a democracia prebiscitária ou aclamante nos deve preocupar a todos: afinal foi por ela que se autoconsideraram democráticos os regimes fascistas. Por conseguinte, talvez o primeiro paradoxo da democracia moderna resida no fato que ainda perseguimos o ideal de uma democracia direta generalizada, em condições objetivamente desfavoráveis à sua realização.

O segundo paradoxo da democracia moderna – este com uma passagem chave pela questão do Estado – está associado a uma questão recentemente retomada entre nós por W. G. Santos. Notou este autor que qualquer que seja a orientação de um regime político (forma de Estado), “os governantes deverão sempre enfrentar limitações impostas por um lado por uma dada estrutura de carências sociais (que podem ou não transformar-se em demandas específicas) e por outro lado, pela estrutura de recursos disponíveis para atender, em intensidade variável e em função das preferências

¹⁰ Ver R. Mangabeira Unger, “Illusions Of Necessity in the Economic Order”, in *Americas Economic Review*, vol. 68, nº 2, maio de 1978, pp. 369-373.

¹¹ N. Bobbio, *Op. Cit.*, p. 52.

dos governantes, os dois objetivos polares: acumulação e equidade”¹².

Deixando de lado a discussão sobre estes “objetivos polares” para a última seção, o que cabe notar aqui é que o crescimento (observado) do Estado Moderno não só em dimensões como também em funções, em particular na faixa de infraestrutura social e provisão de bens públicos é, em grande medida, decorrência das pressões propiciadas pelo exercício da democracia (ou devido a movimentos antecipatórios destas pressões). O paradoxo aqui é que a democracia tende a gerar um crescimento do quadro burocrático com sua estrutura de hierarquias que, como sugerimos, é de difícil submissão ao jogo democrático direto. É importante chamar a atenção para este paradoxo porque dele pode fluir uma posição marcadamente conservadora, que associa “mais democracia a mais burocracia” (e a mais “estatização”) e, portanto, “conclui” que um excesso de democracia é indesejável do ponto de vista do setor privado de uma economia¹³. É preciso ter a coragem de reconhecer que a democracia, em especial em países com “carências sociais gritantes” tende a levar a um aumento da participação do Setor Público na economia, alterando a relação bens privados *versus* bens públicos em favor destes últimos. Mas o crucial não é combater esta tendência em nome de um doutrinário privatismo, mas insistir na necessidade de ampliar os mecanismos de controle da sociedade sobre o aparelho burocrático do Estado.

Esta última observação nos remete a uma questão que alguns consideram como também paradoxal: é sabido que sociedades industriais ou semi-industriais, sejam capitalistas ou socialistas, defrontara-se com problemas complexos que, objetivamente, devem ser confiados a grupos de indivíduos especificamente treinados. Isto é óbvio a nível de certas micro atividades, mas também pode sê-lo a nível de coordenação de várias micro atividades relacionadas. Eventualmente, pode-se chegar à tentação de sugerir a necessidade de governar através de “técnicos competentes”. Ora, tecnocracia e democracia, quanto mais não seja por razões etimológicas são antagônicos. O argumento aqui seria o mesmo do parágrafo anterior, cabendo notar que, efetivamente, se são poucos os capazes de formular e implementar determinadas políticas, todos temos o direito de julgar tais políticas, à luz de informações que os próprios “competentes” deveriam ter a obrigação de nos dar.

Esta postura requer um sentido de responsabilidade individual sem o qual inexiste um verdadeiro processo democrático. Esta responsabilidade é absolutamente essencial, particularmente em sociedades de massa submetidas ou ao conformismo generalizado ou a doutrinação massificadora por uma indústria política cada vez mais eficiente no manuseio publicitário de slogans e jargões que embotam o espírito crítico e geram a passividade coletiva sob a qual se fundam os desmobilizadores

¹² W. G. dos Santos, *Op. Cit.*, p. 127.

¹³ Ver, a propósito, o estudo da Comissão Trilateral “The Crisis of Democracy” (New York University Press, 1975).

regimes autoritários de nosso tempo. Só através de exercício da responsabilidade individual dentro e fora do aparelho do Estado é possível ter esperanças de romper o círculo vicioso da passividade e do arbítrio não questionado.

Em resumo, e para concluir esta seção, estamos convencidos de que tanto os paradoxos da democracia moderna (que gostaríamos de construir entre nós) quanto o padrão de desenvolvimento econômico (cujas estrutura futura gostaríamos de moldar) tem uma passagem crucial pelo Estado e suas *reais* bases sociais de sustentação. Esta é a razão pela qual discutimos brevemente a relação Estado-Democracia e discutiremos (a seguir) a relação Estado-Desenvolvimento Econômico antes de tratar o tema que nos foi originalmente proposto.

III. Estado e Desenvolvimento Econômico.

No quadro do pensamento político brasileiro há, historicamente, duas grandes vertentes no que diz respeito a reflexão sobre o Estado tal como este se organizou entre nós. A primeira, aquela que vê no Estado o polo aglutinador de uma sociedade desarticulada e atrofiada em seus mecanismos de organização e representação política. A segunda vertente seria aquela que vê (ou viu) nas várias oligarquias estaduais e municipais a base real do poder, fazendo do Estado Nacional uma resultante do cambiante compromisso político entre os vários localismos.

Obviamente as duas vertentes interpretativas assinaladas não são incompatíveis, antes refletindo um processo simultâneo e contraditório de desenvolvimento político, como bem assinalou Schwartzman¹⁴. Em um excelente ensaio, publicado há exatamente trinta anos atrás e justamente considerado um clássico da literatura política nacional, Victor Nunes Leal caracterizava o “coronelismo” como um “sistema político dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado (localizado) decadente e o poder público (centralizado) fortalecido”¹⁵.

Este fortalecimento do poder público a nível do Governo Federal acentuou-se após a crise de 1930 e marcou uma trajetória que se projeta até o presente. Com efeito, as vicissitudes da economia brasileira na década dos 30, de certa forma agravadas nos anos da guerra, haviam tornado progressivamente claro aos militares interessados em questões de segurança e desenvolvimento, bem como a reduzida parcela das elites brasileiras interessadas na diversificação da estrutura produtiva e na aceleração do ritmo de formação de capital na indústria e em infraestrutura produtiva, que qualquer processo de transformação estrutural da economia brasileira requeria tanto um significativo grau de

¹⁴ Ver S. Schwartzman, “São Paulo e o Estado Nacional” (Difel, SP, 1975).

¹⁵ Ver Nunes, “O Coronelismo Enxada e Voto: o Município e o Regime Representativo no Brasil”, 1949, reeditado em 1975, Alfa-Ômega, São Paulo, p. 252 (Editora).

intervencionismo do Estado na vida econômica quanto uma expressiva contribuição de tecnologia e recursos externos, oficiais e/ou privados¹⁶. As questões substantivas de macroeconomia política que se seguiram – até o presente – estiveram quase todas relacionadas, em maior ou menor grau, a divergências quanto a *forma* e a *extensão* tanto da participação externa quanto da intervenção do Setor Público na vida econômica.

A intervenção do Setor Público, enquanto agente de política econômica, obviamente, em si mesma, não constituía novidade. Esta intervenção sempre existiu no Brasil, e no século XX, até 1930, assumiu principalmente a forma de defesa dos interesses da cafeicultura identificados como coincidentes com o “bem-comum” e com os supremos interesses da Nação. Da depressão dos anos 30 resultou uma tendência ao intervencionismo que se observou em escala internacional, e que obviamente encontrou eco – e uma experiência pretérita – no Brasil¹⁷. O que houve de novo na natureza da intervenção que se esboçou nos anos 30 foi a sua utilização *parcial e incipiente*, não apenas para assegurar níveis de dispêndio (e, portanto, renda e emprego) adequados ao setor cafeicultor, mas inicialmente, para tentar uma aceleração no ritmo da formação bruta de capital fixo *com* diferenciação da estrutura produtiva da economia; vale dizer, uma realocação de recursos reais *distinta*, tanto era intensidade quanto era composição, daquela que o setor privado realizaria na ausência da intervenção governamental.

Não se tratava apenas de induzir o setor privado, via “sinais de mercado” modificados e/ou intensificados pelos estímulos (ou desestímulos) governamentais, a se engajar em determinados programas de investimento. O comentário contemporâneo de uma importante e insuspeita personalidade, coloca perguntas que retêm, passados mais de 30 anos, surpreendente atualidade: “Não é possível esperar pelas iniciativas particulares e deixá-las atuar desarticuladamente... Por que esperar, apenas, pela iniciativa privada? Por que não deverá o Governo provocar, ou chamar a si,

¹⁶ É sintomático que Vargas tenha criado, em 8 de maio de 1944, uma Comissão de Planejamento Econômico, como órgão *complementar* do Conselho de Segurança Nacional, a qual encaminhou estudo sobre a planificação econômica do Brasil, elaborado pelo Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e do qual participaram Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi, João Daudt d'Oliveira e Santiago Dantas. O Professor Eugênio Gudín foi designado relator desse documento. Suas críticas, bem como a réplica de Simonsen, foram ambas publicadas. Ver E. Gudín, *Rumos de Política Econômica* (Rio de Janeiro, 1945) e R. Simonsen, *O Planejamento da Economia Brasileira* (Rio de Janeiro, 1945).

¹⁷ A. Hirschman captou um fenômeno extremamente significativo acerca da natureza cambiante da intervenção governamental em algumas economias primário-exportadoras: “Quanto ao café... aparece a possibilidade de uma sequência verdadeiramente dialética: primeiro, as características especiais da produção e do mercado de café provocam a formação de um forte grupo de pressão dos produtores que coloca o Estado como interventor, assumindo responsabilidades pela interferência com as forças de mercado. Como resultado, o Estado torna-se consciente de sua capacidade e deveres enquanto promotor da política econômica nacional para o desenvolvimento. Em um estágio de crescimento posterior esta política irá requerer que a renda seja redistribuída em favor de outros setores a apoiar e contra os produtores de café. E esta redistribuição pode ser então levada a cabo com sucesso devido às próprias características do mercado de café (baixa elasticidade-preço da oferta no curto prazo), as quais originalmente provocaram as vigorosas e bem-sucedidas pressões dos produtores de café sobre o Estado”. Ver A. Hirschman, *Bias for Hope* (New Haven, Yale University Press, 1971), p. 11.

incumbências que a não interessem ou são superiores às suas possibilidades”¹⁸

Na verdade, os homens públicos brasileiros – mesmo aqueles insuspeitos de quaisquer propensões “dirigistas” ou de viés contra o setor privado – nunca parecem ter aceito, sem grandes qualificações, a visão liberal e utópica de um setor privado eficiente, com elevada percepção para oportunidades de investimento a longo prazo, sempre pronto a assumir ris cos, novas iniciativas, e a reduzir custos via elevação de produtividade e incorporação de nova tecnologia¹⁹. Com efeito, a necessidade de algum tipo de ingerência governamental que fosse além da atividade meramente reguladora do Setor Público foi paulatinamente estabelecida, de *fato*, desde os anos 30.

Como é sabido, ao longo destas últimas quatro/cinco décadas, com inflação e desequilíbrio no balanço de pagamentos, mas principalmente com a contribuição expressiva de capitais estrangeiros de risco e empréstimo e com significativo – crescente – grau de intervencionismo do Setor Público na vida econômica (quer como produtor direto, quer como agente de política econômica), a economia brasileira experimentou uma das mais rápidas e profundas transformações de estrutura produtiva de que se tem notícia em países semi-industrializados vivendo sob o regime denominado de “economia de mercado”.

Mais importante, o Brasil é apresentado hoje, internacionalmente, não só como a mais moderna e diversificada estrutura industrial do mundo subdesenvolvido, mas, principalmente, como tendo sido uma das primeiras economias semi-industrializadas a realizar, com razoável grau de sucesso, a reconhecidamente problemática “transição” de um desenvolvimento industrial, baseado no protecionismo concedido às atividades voltadas para o atendimento exclusivo do mercado interno, para uma fase de desenvolvimento com abertura crescente para o exterior, através da promoção de exportações não tradicionais, da progressiva liberalização do comércio exterior e da crescente integração ao mercado internacional de capitais.

O que importa assinalar é que as mudanças estruturais associadas a este processo envolveram, principalmente em suas etapas iniciais, substanciais transferências de recursos reais e financeiros em benefício dos setores industrial e de infraestrutura básica que não poderiam ter lugar apenas via estímulos e desestímulos de sinais de mercado. Como é de se esperar, em economias semi-

¹⁸ Edmundo Macedo Soares e Silva, “A Engenharia Brasileira no Projeto de Volta Redonda: Um Capítulo do Planejamento Econômico”, *Boletim do Círculo de Técnicos Militares*, nº 22, dezembro de 1944, p. 5.

¹⁹ O Professor Octavio Gouveia de Bulhões desde os anos 40 – e até o presente – tem insistido no fato de que o empresário brasileiro frequentemente julga preferível “alcançar um acréscimo de receita por meio de aumento de preços a consegui-lo em função do aumento da eficiência da produção”. Bulhões atribui este comportamento ao fato de que descendemos de um povo que viveu seu apogeu na era do comércio de mercado rias de alto valor unitário. Ver O. G. de Bulhões, *À Margem de um Relatório* (A Missão Abbink no Brasil), Rio de Janeiro, Edições Financeiras, 1950.

industrializadas, caracterizadas por mercados fragmentados e imperfeitos, a consecução destas transferências não marginais *requer* um grau relativamente elevado de intervenção do Setor Público na vida econômica.

Em nenhuma área esta intervenção se deu de forma tão conspícua quanto no que se refere ao sistema cambial. Em nenhuma área a distância entre ação e intenção foi tão marcada quanto no que diz respeito à atitude relativamente permissiva em relação à inflação, exceto por breves períodos de tempo. Evidentemente, a recusa (por todos os títulos legítima) em defender – ou justificar – tais políticas (ou falta de políticas) não é sinônimo de impossibilidade de interpretá-las.

Esta observação é tanto mais importante quanto esta síndrome intervencionista e a relativa permissividade em relação à inflação até recentemente eram interpretadas tanto por economistas “acadêmicos” quanto por “experts” de organizações internacionais aparentemente preocupados com a eficiência estática na alocação de recursos a longo prazo, como constituindo uma clara manifestação de irracionalidade em termos de comportamento e de ineficiência em termos de resultado. Algo tanto mais condenável quando a teoria, aparentemente, sugeria políticas alternativas racionais e eficientes.

Na verdade, nunca chegou a ficar claro se a crítica “liberal” ao intervencionismo, às restrições ao comércio externo e à atitude do Governo face à inflação baseava-se na suposta existência de alternativas institucionais (não puramente hipotéticas) que viabilizariam a mesma transferência de recursos (em termos de direção, senão de magnitude) de forma mais eficiente, ou se a crítica era quanto a *direção mesma* destas transferências em benefício dos setores industrial e público.

De qualquer forma, as reformas institucionais pós-64 proporcionaram entre outros eventos a criação de um sistema tributário adequado e de um incipiente mercado decapital, que permitiram reduzir a ênfase no papel dos controles cambiais e tarifários como forma de transferência de recursos. Tornou-se lugar-comum interpretar o desempenho favorável da economia brasileira de 1968 a 1973 como sendo o resultado *natural* dos efeitos que instituições mais modernas, racionalidade “pragmática” na condução da política econômica e estabilidade política pós-64 exerceram sobre os *animal spirits* do setor empresarial (estrangeiro e nacional), bem como sobre a eficiência do setor público (empresas e administração centralizada).

Em contraste, o período de 1945/64, marcado pela exacerbação das pressões inflacionárias, desequilíbrio potencial crescente no balanço de pagamentos, inquietação política e, após 1962, desaceleração do crescimento, tendeu a ser visto como o resultado *natural* da conjugação de incompetência na formulação de política econômica associada a Governos excessivamente sensíveis a demandas conflitantes sobre os sistemas econômico e político. Curiosamente, guardadas as devidas

proporções, é uma acusação frequentemente expressa durante o Governo Geisel, fato que renova o interesse pela análise do período anterior.

Em nosso entender, neste processo, consciente ou não, de contrapor o “caos e a irracionalidade” pré-64 (e para alguns, pós-74) à “ordem e ao racionalismo progressista” que teria prevalecido de março de 1964 a março de 1974, perdeu-se de vista não somente a evolução da economia internacional no período como também a essência do *continuum* de transformação estrutural que, em última análise, assegurou a transição para a “abertura ao exterior” do período recente, apesar de todas as “distorções” e ineficiências tão bem detectadas em estudos parciais sobre a fase anterior.

Os eventos – endógenos e exógenos – do início dos 70, bem como as perspectivas para os anos 80, sugerem a necessidade – a oportunidade – de um esforço analítico para recuperar uma perspectiva histórica frequentemente perdida em trabalhos sobre a evolução recente da economia brasileira, em particular daqueles voltados para a discussão de eventuais estratégias alternativas destinadas a fazer face *de novo* a desequilíbrios graves de balanço de pagamentos com aceleração da inflação, problemas recorrentes no desenvolvimento econômico brasileiro, e que apenas aparentemente haviam sido superados no período 1967/73.

Com efeito, hoje é relativamente clara a singularidade do período 1968/73 quando visto em perspectiva histórica²⁰. De 1974 para cá, a economia brasileira vem experimentando uma crise (assim como a economia internacional) ainda não superada. Suas manifestações mais visíveis, é bem verdade, estão na continuidade do processo inflacionário e do desequilíbrio do balanço de pagamentos. Porém, está ficando progressivamente claro que a crise atual, que não é apenas econômica, só será efetivamente superada (para se recolocar, em outros termos, no futuro) depois que se forjar – ou enquanto se forja – um novo Pacto, expresso no Estado, no sentido que emprestamos ao termo na seção II deste trabalho.

Enquanto – exatamente porque – se procuram os arranjos políticos e a rearticulação de alianças dos quais resultará o novo Pacto, a sociedade brasileira parece enfrentar uma pletora de falsos dilemas dentre os quais avultam o debate (curiosamente inexistente antes de 1974) sobre a “estatização” e o (sempre latente no Brasil) dilema ordem autoritária *versus* desorganização econômica e social. Quanto ao primeiro “dilema”, o essencial já foi dito²¹. Quanto ao segundo, caberia apenas lembrar que se ordem autoritária duradoura fosse condição indispensável para assegurar o desenvolvimento

²⁰ Ver P. Malan e R. Bonelli, “The Brazilian Economy in the Seventies: Old and New Developments”, in *World Development*, Pergamon Press, Oxford, 1977.

²¹ Ver L. Martins, *Op. Cit.* e especialmente, C. Lessa “A Estratégia do Desenvolvimento 1974-76; Sonho e Fracasso”. Tese submetida à UFRJ, para o Concurso de Professor Titular, julho de 1979.

econômico, Portugal e Espanha seriam os países mais desenvolvidos da Europa. Esta última observação nos remete ao tema da próxima seção deste trabalho.

IV. Desenvolvimento Econômico e Democracia.

Estamos absolutamente convencidos de que aquilo que, sem um aprofundamento das questões levantadas nas duas seções anteriores, o economista *enquanto economista* tem a dizer de não-trivial sobre o vasto tema da relação entre desenvolvimento econômico e democracia é, rigorosamente, nada. Por suposto, é possível criticar de forma mais ou menos competente, as interpretações economicistas que procuram uma base econômica para interpretar fenômenos políticos, como por exemplo, o autoritarismo. A crítica de J. Serra é, sem dúvida, extremamente pertinente neste sentido²². Mas recorrendo a uma imagem que Mangabeira Unger utilizou em outro contexto, aquilo que a chamada ciência econômica tem a dizer sobre o tema, consistentemente e com seus próprios métodos e premissas é “como a décima terceira batida de um relógio, que não apenas nos surpreende, como também lança dúvidas sobre as doze batidas anteriores e, em verdade sobre o relógio ele mesmo”²³.

Com efeito, os economistas, de modo geral, não são particularmente conhecidos por sua habilidade de antever criativamente o curso futuro dos eventos, mesmo em seu campo específico de especialização. Aparentemente, há razões para isto: a chamada ciência econômica é, simultânea e parcialmente, um veículo para racionalização de certo tipo de interesses ligados a ideologia dominante e um método de investigação científica. Uma postura crítica rarefeita em relação ao primeiro aspecto levou a profissão a dirigir a investigação científica majoritariamente para duas direções, ambas colocando os economistas em posição não muito privilegiada em relação aos demais cientistas sociais e às pessoas bem formadas de modo geral – para discutir criativamente as questões fundamentais de seu tempo.

A primeira direção foi na tentativa de conferir *status* científico à disciplina procurando uma aproximação, ao nível da formalização, com o paradigma das ciências mais rigorosas como a Física e Matemática. A segunda direção foi na tentativa de adquirir maior entendimento – e eventual controle – sobre a “administração da economia” através do estudo de objetivos e instrumentos de política econômica voltados para a assegurar – via controle da demanda agregada – níveis elevados de emprego, baixas taxas de inflação, e equilíbrio no balanço de pagamentos por exemplo (em economias avançadas, com uma estrutura de oferta ampla e diversificada devido a um processo secular de acumulação de capital realizado de forma descentralizada).

²² Ver J. Serra, “As Desventuras do Economicismo: Três Teses Equivocadas sobre a Conexão entre Autoritarismo e Desenvolvimento”, in: *Dados* nº 20, 1978.

²³ Ver R. Mangabeira Unger, *Op. Cit.*, p. 370.

Estas duas tentativas de assegurar *status* científico (através do rigor formal) e valor social à profissão (através sua autoproclamada habilidade “técnica” para gerir uma economia capitalista através do controle do nível da demanda agregada) foram apenas parcialmente cobertas de êxito. Em geral, os economistas de formação acadêmica convencional continuam sendo particularmente reconhecidos pela sua ingenuidade (ou viesada engenhosidade) no que diz respeito à natureza dos conflitos de interesse inerentes a qualquer sociedade e a especificidade histórica de seu respectivo processo de desenvolvimento – elementos fundamentais para qualquer estudo de trajetórias alternativas (politicamente viáveis).

Não é de estranhar portanto, que as análises prospectivas realizadas pela maioria da profissão constituam exercícios de projeção quantitativa de alguns indicadores convencionais de desempenho econômico tratados a diferentes níveis de agregação, mas sempre com base em certas relações hipotéticas de comportamento supostamente estáveis e certos “parâmetros” estruturais, ambos sugeridos pela experiência prévia e articulados em um corpo teórico convencional construído para racionalizar tal experiência.

Como é sabido, estes exercícios – aqui como alhures – não tem tido o êxito esperado. O economista convencional futurólogo tem um passado um tanto desabonador e um futuro que não se afigura muito promissor em um mundo marcado pela crescente internacionalização e concentração do capital, pelo aumento das tensões inflacionárias de origem política e/ou estrutural e pelos conflitos entre objetivos “nacionais” e a estabilidade da economia internacional. George Orwell (1984) e Aldous Huxley (Admirável Mundo Novo) talvez constituam leitura mais rica sobre o futuro que este tal como visto pelas embaçadas lentes dos economistas ortodoxos.

Estes, se tiveram alguma influência, não foi propriamente no sentido de estimular a prática democrática. Com efeito a ortodoxia econômica, justiça lhe seja feita, sempre exprimiu politicamente sua visão do chamado problema de escassez de recursos era termos da adoção de uma dicotomia entre os objetivos de política econômica. Nesta dicotomização, os objetivos de crescimento, controle da inflação e administração do balanço de pagamentos foram eleitos como permanentes objetivos prioritários, a serem compatibilizados tecnicamente por indivíduos competentes, através de soluções racionais. Os demais objetivos foram, via de regra, considerados problemas sociais a serem eventualmente resolvidos a longo prazo, através de um processo lento, seguro e gradual para o qual se deveria pedir – ou impor – paciência.

Aparentemente bem-sucedida até o presente (no convencer o público ao qual é dirigida) esta distinção não é legítima, não parece se compatibilizar facilmente com sistemas políticos

relativamente abertos, aposta em um horizonte de tempo indefinido (mas que sugere não muito longo) e supõe uma elevada capacidade de cooptação social através da progressiva difusão de um determinado padrão de consumo.

Esta possibilidade de progressiva difusão de padrões “modernos” de consumo efetivamente existe, como têm demonstrado trabalhos recentes²⁴. Afinal, a renda real disponível mais que duplicou na última década, os preços relativos – e o financiamento – evoluíram no sentido de favorecer o consumo dos chamados bens modernos e *last but not least* o efeito demonstração parece ter cumprido um papel importante na formação dos chamados “gostos e preferências” de consumidores urbanos de renda relativamente mais elevada. Para os otimistas, esse processo poderia – e deveria – continuar até a eventual formação de um verdadeiro consumo de massa de bens duráveis que tem como paradigma – frequentemente mencionado – a opulenta sociedade norte-americana. Não cabe discutir quão otimista é esta expectativa, a extensão do horizonte de tempo que implicitamente contempla ou mesmo sua factibilidade. O que importa notar é que a dramática elevação dos preços do petróleo, muito mais que criar um problema de ajustamento no balanço de pagamentos, a curto e médio prazos, colocou em questão os próprios fundamentos de um “modelo” de acumulação de capital voltado, em grande medida, para a reprodução dos padrões de consumo de economias com renda per capita várias vezes superior à brasileira, com outra infraestrutura social, outra provisão de bens públicos e – principalmente – sem as enormes mazelas sociais que transformam em párias quase 30 milhões de brasileiros.

Existe hoje no Brasil um relativamente amplo e crescente reconhecimento desse fato: tornou-se mais difícil “vender politicamente” esse modelo conservador na ausência de um sistema político fechado e autoritário, de duração indefinida. A consciência das dificuldades e da importância *histórica* das decisões de hoje ainda não se expressiu em um conjunto coerente de proposições específicas que possam configurar uma alternativa politicamente viável para o que se vem tentando realizar (no que, diga-se de passagem, há muito que nos parece correto em termos de direção, ainda que não de intensidade e definição mais precisa de prioridades). Em parte isto é compreensível; não há receitas técnicas individuais para problemas desta ordem de complexidade.

Cabe notar, a este respeito, que o tipo de “análise” que tudo reduz a uma questão de maior ou menor “eficiência” na gestão da política econômica não tem praticamente nada a dizer sobre perspectiva e/ou alternativas a não ser afirmar que estas dependem de políticas adequadas, algo que

²⁴ Ver J. Wells, *Growth and Fluctuations In the Brazilian Manufacturing Sector During the 1960's and Early 1970's*, especialmente capítulo 3. Tese de Doutorado submetida à Universidade de Cambridge, U. K., 1977. Ver também P. Malan e J. Wells, “Furtado e a Análise do Modelo Brasileiro”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, dezembro de 1972.

pressupõe respostas prévias a perguntas do tipo: adequadas para que? ou talvez mais apropriadamente, adequadas para quem? Na ausência de um processo político aberto que reconheça como obvia a existência de respostas divergentes a estas perguntas e que permita sua expressão na busca de soluções de compromisso a nível do político, floresce a ilusão tecnocrática da única solução “racional” da técnica dissociada do tecido social que reflete e sobre o qual atua. Não se trata, em hipótese alguma, de negar importância à condução da política econômica, mas apenas chamar a atenção para o fato de que esta, além de não ser neutra do ponto de vista de suas implicações distributivas, opera dentro de limites e possibilidades que são dados por determinantes mais fundamentais, frequentemente encobertos nas análises de tipo conjuntural cujo horizonte de tempo raramente excede o curto e enganoso período de um ano, e que, normalmente, trabalha apenas com os indicadores convencionais de desempenho econômico: taxas de crescimento setoriais e dos componentes de demanda agregada, taxas de inflação e situação do balanço de pagamentos a curto prazo. É preciso adotar uma perspectiva mais ampla sobre a estrutura de crescimento da economia brasileira no futuro próximo e reconhecer que esta pode – e deve – ser influenciada por uma política econômica deliberadamente voltada para a progressiva alteração da estrutura da oferta a médio prazo, para que o Brasil possa enfrentar os desafios dos anos 80.

Que desafios serão estes? A lista seria longa. Por suposto, há o problema da dependência energética do Brasil, ainda por equacionar. É certo que há a delicada questão da distribuição dos frutos do progresso, bem como o problema dramático das necessidades básicas de parcela ponderável – quase um terço – da população brasileira rural e urbana, que apenas sobrevive, em padrões de vida incompatíveis com a dignidade humana.

O desafio maior, contudo, estará na necessidade de compatibilizar as exigências do crescimento (e alterações em sua estrutura) com o alargamento progressivo do espaço para o legítimo exercício do conflito democrático que ora apenas balbucia entre nós. Para enfrentar tal desafio, como notou Cardoso: “... é preciso estender as arenas de discussão para que as grandes decisões do Estado e as políticas que as implementam passem pelo crivo da opinião pública e pelo controle de um sistema político-partidário que incorpore o conjunto da população e não apenas as elites econômicas ou burocráticas²⁵.”

Generalidades, dirão aqueles que ainda não se deram conta que a democracia contemporânea se baseia na existência de *públicos* capazes de atuar organizada e criticamente em todos os níveis específicos nos quais se colocam as demandas sociais e culturais contemporâneas – tanto por

²⁵ Ver F. H. Cardoso, “Expansão Estatal e Democracia”, in: *Ensaio Opinião*, 2 + 3, 1977, p. 20.

liberdades quanto por “necessidades”. Infelizmente, o elitismo da sociedade brasileira é tão profundamente arraigado – tanto à direita quanto à esquerda – que campeiam Visões Integradas, Declarações de Princípios, Planos Nacionais, Modelos Alternativos, Constituições do Futuro e – recentemente – “Populismos” (também elitistas) dos que pretendem abdicar de legítimas responsabilidades para deixar-se conduzir “pelas massas”.

Em qualquer dos casos, a prática democrática substantiva passa ao largo e o “desenvolvimento econômico” parece seguir sua própria “lógica”, sempre explicável *ex-post* como resultado inevitável de “necessidades” apenas questionadas a nível de uma retórica vaga, generosa, bem-intencionada e ineficaz.

V. Observações Finais

A economia e a sociedade brasileiras chegam ao último ano da década dos 70 em uma situação das mais delicadas do ponto de vista interno e fazendo face a condições internacionais extremamente distintas das que prevaleceram no período de enganosa euforia (1968-74), no qual se gestaram os grandes projetos públicos e privados ora em penoso processo de revisão e adequação a uma tardiamente redescoberta escassez de recursos reais e financeiros (de origem não inflacionária). É extremamente importante, notar, contudo, que não se trata de um problema conjuntural de “ajustamento” da demanda agregada através de uma mini recessão a ser conduzida “tecnicamente” por um seleto grupo de iluminados.

O que está em questão agora é uma discussão política acerca da estrutura de crescimento futuro da economia brasileira. Esta terá que mudar, não só porque o mundo mudou como também o próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil vem colocando progressiva, mas definitivamente na agenda questões sociais até há pouco deixadas ao “trickle-down” ou à retórica bem-intencionada. Terá que haver uma alteração na composição dos investimentos públicos e privados (estes tão sujeitos à parafernália de incentivos e subsídios governamentais quanto aos chamados sinais de mercado). Trata-se, pois, de uma discussão política sobre prioridades, que se projeta para muito além do âmbito das chamadas análises de conjuntura. Não são tanto as perspectivas econômicas para 1979/1980 – de resto não muito animadoras – que deveriam estar no centro das preocupações. Afinal, não é a taxa de inflação ou o saldo das contas externas em 31 de dezembro de 1979 ou 1980 que indicarão o que será – ou o que não será – a sociedade brasileira nos anos 80.

A discussão sobre as perspectivas da economia brasileira do Governo Figueiredo deveria incluir uma adequada avaliação das restrições internas e externas sob as quais a política econômica terá de operar – e uma clara consciência de que esta política, além de ter implicações para o longo prazo,

nunca é neutra do ponto de vista de suas consequências distributivas. O combate à inflação, por exemplo, é fundamental. Mas não se pode pedir aos assalariados que arquem com os custos principais do combate. Eles já o fizeram no passado sem que lhes fosse permitido opinar. A busca do aumento de exportações, também, é fundamental – dado o quadro da dívida externa. Mas isto não pode ser feito através de uma promoção *a ou trance* da produção agrícola exportável, que afete negativamente a produção de alimentos, elevando seus preços relativos e reduzindo o poder de compra de salários reais sobre gêneros de primeira necessidade.

A meu ver, o grande desafio do momento diz respeito ao fato de que uma taxa de inflação superior a 40%, um desequilíbrio grave do balanço de pagamentos e uma eventual desaceleração do crescimento terão que ser compatibilizados com um sistema político progressivamente mais aberto, com condições internacionais adversas e com as crescentes, legítimas e irreversíveis demandas por menor desigualdade econômica e social – que irão afetar o padrão de desigualdade da sociedade brasileira de forma ainda insuspeitada. Feliz ou infelizmente o desafio terá que ser enfrentado. Tanto mais não seja porque fugir a ele só seria possível através de um lamentável retrocesso em relação ao pouco que se avançou na órbita política até o momento.

Nunca será demais repetir que as perspectivas de resposta a tal desafio dependem muito mais de competência política que de competência técnica. A competência política que se requer aqui, contudo, não é a competência governamental para gerir um processo de liberalização outorgada sem democratização substantiva (eventual acesso da oposição ao Governo através das regras do jogo democrático). Trata-se – e fundamentalmente – da competência das oposições (partidárias ou não) para encaminhar ao debate político ideias realmente novas, articuladas, discutidas e trabalhadas a nível outro que não o dos jargões, dos estereótipos, e de uma retórica generosa porém vaga e ineficaz em termos de gerar reais alternativas específicas às específicas políticas governamentais.

Com efeito, estamos convencidos de que o fundamental é a busca por conferir conteúdo social, econômico e jurídico específicos a estas generalizadas e generalizadoras proposições contra o arbítrio e a favor da liberdade que marcam o atual momento político. Esta não é uma tarefa fácil porquanto anos de obscurantismo político tornaram extremamente o paco o processo de entendimento de algo que é corriqueiro em sociedades avançadas politicamente: a identificação de quem é a favor de (ou contra o) que, e em que termos tal apoio (ou oposição) se explicita. Só através de uma prática democrática quotidiana – a ser aprendida – será possível reconstituir, em torno de interesses sociais concretos, os contornos e os rumos da sociedade brasileira tal como ela é, e não como suas elites (incluindo aqueles que por delegação auto deferida falam – ou pretendem falar – em nome do povo) gostariam que fosse.

O que há de genérico na observação acima talvez adquira uma dimensão mais relevante, se atentarmos para o fato de que os próximos dois ou três anos serão absolutamente decisivos para o futuro político do país. Nestes poucos anos, enquanto prática de transformação, a política necessitará ultrapassar a interpretação e, baseando-se em juízos de valor projetar-se sobre o futuro como utopia para escapar da idiotia da “objetividade” que, levada ao extremo, tende a reproduzir a ordem vigente. Contudo, se é verdade que política *não é* a arte do possível, mas a arte de tornar possível, amanhã, aquilo que parece impossível hoje, o tempo é relativamente curto no sentido de que as ações ou omissões de agora podem ser decisivas para o futuro. E, como assinalou F. Weffort, “seja o que for que o futuro nos reserva, o certo é que dentro de algum tempo já não haverá mais ninguém a vista a quem possamos responsabilizar ... só restará o peso de nossa própria fraqueza e de nossa própria incompetência política”²⁶.

²⁶ F. Weffort, “Em Permanente Construção”, in: *Receita: Brasil*, Editora Abril, São Paulo, 1978.